

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024 e relatório dos
auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua



Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstração do resultado.....	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial.....	6
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis.....	12
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB	13
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	14
5	Receita	14
6	Custos e despesas.....	15
7	Resultado financeiro líquido	16
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva	16
9	Contas a receber de clientes.....	17
10	Imobilizado	18
11	Intangível	21
12	Financiamentos	21
13	Provisão de ressarcimento.....	23
14	Obrigaões e de desmobilização de ativos.....	24
15	Partes relacionadas.....	26
16	Patrimônio líquido.....	27
17	Imposto de renda e contribuição social.....	28
18	Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	28
19	Seguros.....	34

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita líquida	5	31.789	31.640
Custo com energia elétrica	6	(2.469)	(1.934)
Custo com operação	6	(15.710)	(15.735)
Lucro bruto		13.610	13.971
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	6	(2.343)	(805)
Outras despesas operacionais		(5)	(1)
		(2.348)	(806)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		11.262	13.165
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		4.330	3.739
Despesas financeiras		(7.831)	(8.524)
		(3.501)	(4.785)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.761	8.380
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	18	(2.497)	(2.317)
Lucro líquido do exercício		5.264	6.063

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.264	6.063
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	5.264	6.063

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.761	8.380
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	12 (c)	6.872	7.655
Depreciação e amortização	6	8.296	8.329
Baixa de imobilizado		2	-
Provisão de ressarcimento	13	5.310	3.500
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13	89	193
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	176	176
Rendimento sobre fundo de liquidez conta reserva		(547)	(645)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	15	384	348
Ajuste a valor presente de arrendamentos	7	(3)	3
Reversão de obrigações socioambientais		(534)	-
		<u>27.806</u>	<u>27.939</u>
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		222	(1.242)
Tributos a recuperar		110	(134)
Demais créditos e outros ativos		590	(551)
Partes relacionadas		(230)	-
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		1.032	(651)
Tributos a recolher		(793)	(439)
Partes relacionadas		1.413	254
Demais obrigações e outros passivos		67	278
Caixa proveniente das operações		<u>30.217</u>	<u>25.454</u>
Juros pagos sobre financiamentos			
	12 (c)	(6.269)	(6.822)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.832)	(1.629)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>22.116</u>	<u>17.003</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate de (aplicação em) conta reserva		(3.160)	1.091
Aquisição de imobilizado		(581)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(3.741)</u>	<u>1.091</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	12 (c)	(7.891)	(7.833)
Liquidação de arrendamentos		(51)	(17)
Dividendos pagos		(1.440)	(1.221)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(9.382)</u>	<u>(9.071)</u>
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>8.993</u>	<u>9.023</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>29.612</u>	<u>20.589</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>38.551</u>	<u>29.612</u>

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	38.551	29.612
Contas a receber de clientes	9	4.710	4.932
Tributos a recuperar		34	144
Outros ativos		500	860
		<u>43.795</u>	<u>35.548</u>
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva	8	8.946	5.239
		<u>8.946</u>	<u>5.239</u>
Imobilizado			
Intangível	11	4.834	4.967
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		41	97
		<u>121.675</u>	<u>129.767</u>
Total do ativo		<u>174.416</u>	<u>170.554</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	12	7.998	7.975
Fornecedores		1.489	771
Arrendamentos		44	54
Tributos a recolher		499	627
Partes relacionadas	16	1.405	-
Provisão de ressarcimento	13	6.367	4.911
Obrigações socioambientais		-	534
Dividendos a pagar	16	1.252	1.440
Outros passivos		517	451
		<u>19.571</u>	<u>16.763</u>
Não circulante			
Financiamentos	12	65.917	73.052
Arrendamentos		-	44
Tributos a recolher		848	848
Partes relacionadas	16	124	230
Provisão de ressarcimento	13	11.429	7.486
Obrigações de desmobilização de ativos	15	4.134	3.750
		<u>82.452</u>	<u>85.410</u>
Total do passivo		<u>102.023</u>	<u>102.173</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17	52.628	52.628
Reservas de lucros		19.765	15.753
Total do patrimônio líquido		<u>72.393</u>	<u>68.381</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>174.416</u>	<u>170.554</u>

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva de investimentos	Reserva Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2023		52.628		1.209	9.921	-	63.758
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.063	6.063
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	6.063	6.063
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva legal		-		303	-	(303)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-		-	-	(1.440)	(1.440)
Retenção de lucro		-		-	4.320	(4.320)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	-	303	4.320	(6.063)	(1.440)
Em 31 de dezembro de 2023		52.628	-	1.512	14.241	-	68.381
Em 1º de janeiro de 2024		52.628		1.512	14.241	-	68.381
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.264	5.264
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	5.264	5.264
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	4.319	-	(4.319)	-	-
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva legal	17(c)	-		263	-	(263)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	17(c)	-		-	-	(1.252)	(1.252)
Retenção de lucro	17(c)	-		-	3.749	(3.749)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	4.319	263	(570)	(5.264)	(1.252)
Em 31 de dezembro de 2024		52.628	4.319	1.775	13.671	-	72.393

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede em Curral Novo do Piauí estado do Piauí, tem como objetivo a geração e comercialização da energia produzida pela central geradora eólica denominada EOL Ventos de Santa Albertina, bem como sua exploração e manutenção. A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de 35 anos contados a partir de março de 2016.

A Companhia é controlada direta da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Ventos de São Vicente") e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren") e possui participação societária preferencial detida pela Citrosuco S/A Agroindústria ("Citrosuco").

A Companhia possui outorga de geração de energia, na cidade de Simões, estado do Piauí, através da Portaria MME nº 78/2016, emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME. Possui capacidade instalada de 29,4 MW e compõe o complexo eólico Ventos do Piauí I.

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia Nova.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Dividendos deliberados e pagos

Em 29 de abril de 2024, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos para sua controladora Ventos de São Vicente e para a Citrosuco, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 17 de junho de 2024, a Companhia pagou dividendos para as suas acionistas Ventos de São Vicente e para acionista preferencial Citrosuco, no montante de R\$ 1.440 e R\$ 1, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (Internacional Financial Reporting Standards ("IFRS")) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC"), ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 25 de março de 2025.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

2.4 Operação em conjunto (joint operation) incluída nas demonstrações financeiras

Operação em conjunto (joint operation) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Companhia possui participação de 14,28% na empresa Consórcio Ventos do Piauí ("Consórcio"), havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.; v) Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A. e vi) Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia em 2024

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras.

(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia está avaliando os impactos para a sua adoção na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros, e ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais em suas controladas.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Imobilizado
11	Intangível
13	Provisão de ressarcimento
14	Obrigações socioambientais e com desmobilização de ativos
15	Provisões para litígios

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2024	2023
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia Nova (LEN)		32.185	30.755
Provisão de ressarcimento	13	(5.311)	(3.500)
Contratos bilaterais – Partes relacionadas	16	5.768	4.930
Energia de curto prazo – CCEE		35	7
		32.677	32.192
Outras receitas			
Venda de crédito de carbono – partes relacionadas		391	708
		391	708
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.151)	(1.149)
ICMS sobre receitas operacionais		(9)	-
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		(119)	(111)
		(1.279)	(1.260)
Receita líquida		31.789	31.640

6 Custos e despesas

					2024	2023
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(1.144)	-	-	-	(1.144)	(436)
Tarifa de uso do sistema de transmissão – TUSTE	(1.325)	-	-	-	(1.325)	(1.498)
Depreciação e amortização	-	(8.180)	(116)	-	(8.296)	(8.329)
Pessoal	-	(61)	(1.263)	-	(1.324)	-
Pessoal	-	(61)	(1.263)	-	(1.324)	-
Materiais	-	(5)	(77)	-	(82)	(152)
Materiais	-	(5)	(77)	-	(82)	(152)
Serviços	-	(6.424)	(741)	-	(7.165)	(6.875)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(5.992)	-	-	(5.992)	(5.802)
Serviços de terceiros	-	(282)	(427)	-	(709)	(576)
Serviços de manutenção	-	(150)	(314)	-	(464)	(497)
Outros	-	(1.040)	(146)	(5)	(1.191)	(1.184)
Aluguéis e arrendamentos	-	(537)	(109)	-	(646)	(541)
Seguros	-	(439)	(4)	-	(443)	(556)
Impostos, taxas e contribuições	-	(52)	(24)	-	(76)	(54)
Despesas Comerciais e Marketing	-	(10)	-	-	(10)	-
Outros custos e despesas líquidas	-	(2)	(9)	(5)	(16)	(33)
Demais (despesas) receitas						(1)
Demais (despesas) receitas líquidas	-	-	-	-	-	(1)
	(2.469)	(15.710)	(2.343)	(5)	(20.527)	(18.475)

(i) As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		4.158	3.687
Atualização monetária sobre ressarcimento	13	162	52
Juros sobre ativos financeiros		10	-
		<u>4.330</u>	<u>3.739</u>
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12 (c)	(6.225)	(6.796)
Atualização monetária sobre financiamentos	12 (c)	(647)	(859)
Atualização monetária sobre ressarcimento	13	(250)	(245)
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	(176)	(176)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15	(384)	(348)
Ajuste a valor presente de arrendamentos		(7)	(3)
Outras despesas financeiras		(142)	(97)
		<u>(7.831)</u>	<u>(8.524)</u>
		<u>(3.501)</u>	<u>(4.785)</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

(a) Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2024	2023
Caixa		
Caixa e bancos	945	144
	<u>945</u>	<u>144</u>
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (b)	36.699	22.203
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	907	7.265
	<u>37.606</u>	<u>29.468</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>38.551</u>	<u>29.612</u>
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	8.946	5.239
	<u>8.946</u>	<u>5.239</u>
	<u>47.497</u>	<u>34.851</u>

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa média de remuneração entre 93,28% e 100% do CDI (99,35% e 100,88% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(i) Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

(b) Quotas de investimentos

	2024	2023
Quotas de fundos de investimento		
Operações Compromissadas – Títulos públicos	12.083	6.378
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs	24.616	15.895
	36.699	22.203

As quotas de fundo de investimento referem-se ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Aquilae. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos os quais apresentaram taxa média de remuneração de 94,98% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (100,20% em 31 de dezembro de 2023).

8.2 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	2024	Rating local 2023
AAA	47.483	34.851
Sem rating	14	-
	47.497	34.851

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizadas por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”).

Mensalmente, a área de Pós-vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2024	2023
Leilão de Energia Nova (LEN)	3.698	4.300
Partes relacionadas (Nota 16)	1.012	632
	4.710	4.932

(b) Vencimentos de contas a receber

	2024	2023
A vencer	4.710	4.932
	4.710	4.932

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização.

As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 15 – Obrigações com desmobilizado de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser

recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Custo de Servidão	Obras em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício										
Custo	159.115	5.627	6.912	1.725	17	310	18	264	173.988	173.713
Depreciação acumulada	(45.651)	(1.366)	(1.443)	(504)	(7)	(310)	(3)	-	(49.284)	(41.157)
Saldo líquido no início do exercício	113.464	4.261	5.469	1.221	10	-	15	264	124.704	132.556
Adições	-	-	-	-	-	-	-	153	153	274
Baixas	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Depreciação	(7.523)	(243)	(240)	(45)	(1)	(2)	(1)	-	(8.055)	(8.127)
Transferências	-	68	(2)	-	9	37	-	(112)	-	-
Saldo no final do exercício	105.941	4.084	5.227	1.176	18	35	14	305	116.800	124.703
Custo	159.115	5.693	6.910	1.725	26	347	18	305	174.139	173.987
Depreciação acumulada	(53.174)	(1.609)	(1.683)	(549)	(8)	(312)	(4)	-	(57.339)	(49.284)
Saldo líquido no final do exercício	105.941	4.084	5.227	1.176	18	35	14	305	116.800	124.703
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0	5,0	3,0	3,0	6,0	14,0	3,0			

11 Intangível

Política contábil

Direitos de exploração e de recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do período de autorização.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

(a) Composição e movimentação

	Softwares	Direitos de exploração e de recursos naturais	Intangível em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício					
Custo	26	6.390	-	6.416	6.416
Depreciação acumulada	(19)	(1.430)	-	(1.449)	(1.262)
Saldo líquido no início do exercício	7	4.960	-	4.967	5.154
Adições	-	-	54	54	-
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(4)	(183)	-	(187)	(187)
Remensurações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo no final do exercício	3	4.777	54	4.834	4.967
Custo	26	6.390	54	6.470	6.416
Depreciação acumulada	(23)	(1.613)	-	(1.636)	(1.449)
Saldo líquido no final do exercício	3	4.777	54	4.834	4.967
Taxas médias anuais de depreciação - %	20	3			

12 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

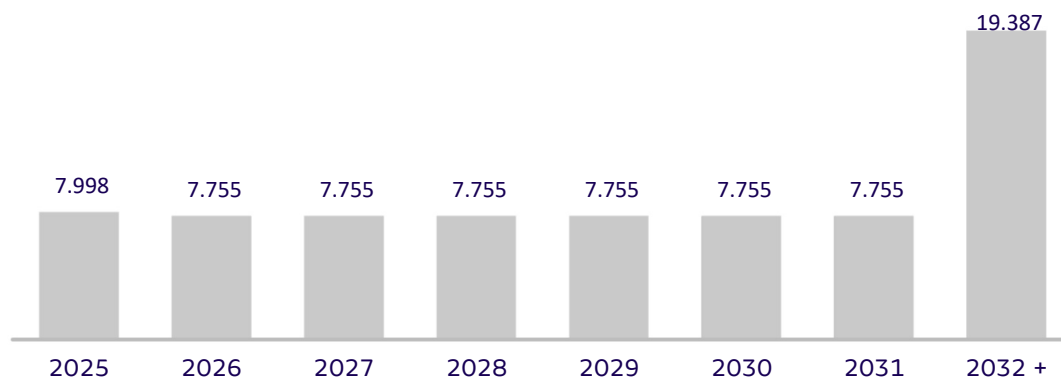
Modalidade	Encargos anuais médios	2024								
		Circulante			Não circulante					
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Valor justo	
BNDIS	TJLP + 2,18% e 2,68%	7.931	(176)	243	7.998	67.411	(1.494)	65.917	73.915	58.476
		7.931	(176)	243	7.998	67.411	(1.494)	65.917	73.915	58.476

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Circulante			Não circulante			2023		
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,80%	7.865	(176)	286	7.975	74.722	(1.670)	73.052	81.027	75.488
		7.865	(176)	286	7.975	74.722	(1.670)	73.052	81.027	75.488

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
 TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

(b) Perfil de vencimento



(c) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	81.027	87.851
Provisões de juros	6.225	6.796
Atualização monetária	647	859
Apropriações dos custos de captações	176	176
Juros pagos	(6.269)	(6.822)
Liquidações	(7.891)	(7.833)
Saldo no final do exercício	73.915	81.027

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia Votorantim S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

(e) Condições restritivas (não auditado)

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2024, as condições contratuais foram cumpridas.

Vide a seguir, quadro com a composição do ICSD em 31 de dezembro de 2024:

	2024	2023
Lucro do exercício	5.264	6.063
Imposto de renda e contribuição social	2.497	2.317
Lucro do exercício antes dos impostos	7.761	8.380
(+) Resultado financeiro, líquido	3.501	4.785
(+) Depreciação e amortização	8.296	8.329
EBITDA Ajustado	19.558	21.494
(-) Imposto de renda e contribuição social	(2.497)	(2.317)
Geração de caixa da atividade [a]	17.061	19.177
Serviço de dívida [b]	(14.160)	(14.655)
(-) Pagamento de juros	(6.269)	(6.822)
(-) Pagamento de principal	(7.891)	(7.833)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD [a]/[b]	1,20	1,31

13 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia - ACR". A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro

quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

	2024			2023
	Anual	Quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.249	11.148	12.397	8.704
Adições	1.421	3.890	5.311	4.072
Constrained-off (i)	-	-	-	(572)
Atualização monetária	22	66	88	193
Saldo no final do exercício	2.692	15.104	17.796	12.397
Circulante	1.389	4.978	6.367	4.911
Não Circulante	1.303	10.126	11.429	7.486
	2.692	15.104	17.796	12.397

(i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período "provisório" do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, período denominado "provisório" do *constrained-off*.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período "definitivo" do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período "definitivo". Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos para os eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

14 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) **Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos tributários, no montante atualizado de R\$ 292 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

15 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) **Composição e movimentação das provisões**

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	2024	2023
Saldo no início do exercício	52.142	534	(48.392)	4.284	3.936
Reversões	-	(534)	-	(534)	-
Realização do ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	384	384	348
Saldo no final do exercício	52.142	-	(48.008)	4.134	4.284
Circulante	-	-	-	-	534
Não circulante	52.142	-	(48.008)	4.134	3.750
	52.142	-	(48.008)	4.134	4.284

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados principalmente, à compra e venda de produtos e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren S.A.

	Ativo		Passivo		Vendas de Energia e outras receitas (Nota 5)		Compras, serviços e outros	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas								
Citrosuco S.A. Agroindústria	1.012	632	-	-	5.768	4.818	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	391	820	-	-
	<u>1.012</u>	<u>632</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.159</u>	<u>5.638</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores - compras								
Votorantim S.A.	-	-	15	24	-	-	(188)	(141)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(29)	(137)
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	123	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>138</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(217)</u>	<u>(278)</u>
Dividendos a pagar								
Ventos São Vicente Energias Renováveis S.A.	-	-	1.251	1.440	-	-	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	-	1	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.252</u>	<u>1.440</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros débitos								
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	124	230	-	-	(237)	(230)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	170	-	-	-	(170)	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	231	-	-	-	(231)	-
Auren Energia S.A.	-	-	1.004	-	-	-	(1.004)	-
Consórcio Ventos do Piauí	-	-	-	-	-	-	(1)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.529</u>	<u>230</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.643)</u>	<u>(230)</u>
	<u>1.012</u>	<u>632</u>	<u>2.919</u>	<u>1.694</u>	<u>6.159</u>	<u>5.638</u>	<u>(1.860)</u>	<u>(508)</u>

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R\$ 52.628, dividido em 52.628.000 ações ordinárias e preferenciais, compostos pelos seguintes acionistas:

	Capital social integralizado	Quantidade de ações - em unidades					
		Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionista controlador							
Ventos de São Vicente	44.711	44.711.309	85%	-	-	44.711.309	85%
Acionista não controlador							
Citrosuco S.A. Agroindústria	7.917	-	-	7.916.691	15%	7.916.691	15%
	52.628	44.711.309	85%	7.916.691	15%	52.628.000	100%

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.252 (R\$ 1.440 em 31 de dezembro de 2023), reconhecido em dividendos a pagar.

Cálculo

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.264	6.063
Reserva legal - 5%	(263)	(303)
Base de cálculo dos dividendos	5.001	5.760
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(1.252)	(1.440)
(=) Saldo de lucros acumulados	3.749	4.320
(-) Retenção de lucros	(3.749)	(4.320)
(=) Saldo	-	-

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 2.497 (R\$ 2.317 em 31 de dezembro de 2023).

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2024					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta Tributável	32.678	32.678	391	391	4.330	4.330
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	2.614	3.921	125	125	4.330	4.330
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	630	352	31	11	1.083	390

	2023					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta Tributável	32.192	32.192	708	708	3.739	3.739
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	2.575	3.863	227	227	3.739	3.739
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	620	348	57	20	935	337

A diferença entre receitas financeiras com a nota 7 refere-se à provisão de atualização monetária sobre ressarcimento.

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia da mensuração pelo valor justo:

	Nota	Nível	2024	2023
Ativos				
Ao custo amortizado				
Contas a receber de clientes	9		4.710	4.932
			4.710	4.932
Ao valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa	8	1	37.606	29.468
Fundo de liquidez - Conta reserva	8	1	8.946	5.239
			46.552	34.707
			51.262	39.639
Passivos				
Ao custo amortizado				
Financiamentos	12		73.915	81.027
Arrendamentos			44	98
Fornecedores			1.351	747
Partes relacionadas	16		1.667	254
			76.977	82.126

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 12 (a).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, segue a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	13.395	24.947	22.461	41.337	102.140
Fornecedores	1.351	-	-	-	1.351
Arrendamentos	44	-	-	-	44
Partes relacionadas	1.543	124,00	-	-	1.667
	16.333	25.071	22.461	41.337	105.202
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	13.938	25.963	23.499	51.823	115.223
Fornecedores	747	-	-	-	747
Arrendamentos	54	44	-	-	98
Partes relacionadas	24	230	-	-	254
	14.763	26.237	23.499	51.823	116.322

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) Constrained-off de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(g) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I – Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II – Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III – Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado					
			Choque nas curvas de 31/12/2024	Resultados do cenário I	Cenários II & III			
					-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
BRL - CDI 12,15%	Equivalentes de caixa e Fundo de liquidez- Conta reserva	46.552	151bps	701	(1.414)	(2.828)	1.414	2.828
BRL - TJLP 7,97%	Financiamentos(i)	75.585	54bps	(408)	1.506	3.012	(1.506)	(3.012)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis points*

20 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros para riscos patrimoniais. Tal apólice possui coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até setembro/2025

O prêmio total pago pela Companhia para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 404 em 31 de dezembro de 2024.